

PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL

O campo das ciências tem se comprometido pouco com o patrimônio cultural no Brasil. Na atualidade brasileira, a notícia de furtos e roubos em museus, bibliotecas e arquivos tem sido freqüente nas páginas dos jornais. Desse modo, o patrimônio cultural vem se tornando caso de polícia. O risco é que a questão da segurança se torne um constrangimento à publicização de acervos valiosos, o que pode significar restrição de acesso. Não sem razão, enquanto a questão da segurança não é equacionada, muitos bens culturais são mantidos em reservas técnicas. A outra face do problema é a intensificação de um mercado suspeito de bens culturais que aumenta na esteira do desenvolvimento de um mercado de artes na era da globalização. É assim que obras de arte estrangeira que eram parte do patrimônio artístico brasileiro caíram na rede da cobiça do crime organizado. Do mesmo modo, a grande produção de fotografias tradicionais no Brasil, valorizada no novo contexto de afirmação da imagem digital, tem integrado nosso país num mercado ilegal de bens culturais, que ao lado do mercado de drogas e armas ilegais é uma das maiores empresas criminosas do planeta.

Esses acontecimentos recentes, certamente, apontam desafios contemporâneos em torno da questão do patrimônio cultural nos dias de hoje. No Brasil, desde a criação do Ministério da Cultura, na década de 1980, o patrimônio cultural foi administrativamente desvinculado da educação pública. Essa mudança institucional reconheceu a abrangência e a autonomia da cultura em termos de políticas públicas. Esse movimento foi acompanhado pela criação das leis de incentivo à cultura, o que criou um ambiente propício ao investimento de iniciativa privada e à profissionalização da produção cultural. Algumas universidades abriram cursos de bacharelado voltados à formação profissional dirigida para esse novo contexto da cultura. Além disso, o tratamento dos direitos de propriedade intelectual valorizou a criação cultural e suas possibilidades de agregar valores a produtos e marcas. As novas mídias, por sua vez, colocam em xeque as formas tradicionais de controle de direitos autorais ameaçando a ampla circulação e a apropriação social de bens culturais que as novas tecnologias de informação e comunicação permitem.

Tudo isso tem indicado um papel de destaque da sociedade civil na cultura e tem ofuscado a capacidade de ação do Estado. Porém, o investimento na proteção e promoção de acervos de bens de patrimônio cultural depende essencialmente de financiamentos públicos, pois além de em grande parte serem propriedade de instituições públicas, se trata de investimento de pouca visibilidade social. Fica evidente, assim, a necessidade de políticas públicas renovadas para a cultura que confirmem a cultura como um direito que marca a construção da cidadania no nosso país, tal como previsto em nossa Constituição. O movimento atual de construção de um Plano Nacional de Cultural é apenas um dos efeitos desse ambiente social.

Mesmo sendo capaz de oferecer análises sobre a cultura na atualidade nacional, o campo da ciência não tem sido capaz de dar a devida importância para os efeitos no terreno do desenvolvimento científico das mudanças institucionais da cultura. De um modo geral, pode-se dizer que o campo da ciência percebe as instituições de patrimônio cultural à distância, como se fosse uma questão de outra esfera. A divisão administrativa entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Cultura, porém, não deve ser naturalizada.

É inegável que bibliotecas, arquivos e museus preservam a memória e o patrimônio histórico da própria ciência. Além disso, estas instituições de memória têm um papel decisivo na popularização e difusão de conhecimento. Por meio de exposições, seminários e publicações é que acervos preciosos são conhecidos e abrem horizontes para a renovação do conhecimento e a sensibilização de novas gerações. Esses aspectos têm sido observados em tempos mais recentes, no âmbito das iniciativas do Ministério da Ciência e Tecnologia, cada vez com mais ênfase.

Contudo, pouco se sublinha *a importância das instituições de patrimônio cultural como parte da infra-estrutura de pesquisa*. Considerando que toda a produção acadêmico-científica está baseada em fontes de conhecimento, é preciso reconhecer que bibliotecas, museus e arquivos são essenciais ao desenvolvimento científico. Como equipamentos sociais são fundamentais para a promoção do acesso de informação em todas as áreas de conhecimento. Especialmente no campo das ciências humanas, as instituições de patrimônio cultural reúnem as fontes fundamentais de suas pesquisas. Não há pesquisa no campo das humanidades que não dependa de valiosos acervos de bens culturais que integram a esfera das instituições de patrimônio cultural. Fundamentalmente para os campos de conhecimento das humanidades todo acervo bibliográfico, museológico e arquivístico de caráter histórico é fonte de toda a construção de conhecimento. Desse modo, a preservação e as condições de acesso ao patrimônio cultural são dimensões que condicionam os horizontes da pesquisa científica. Portanto, a ameaça à integridade dos acervos (seja por roubos ou pela deterioração) e as imposições às condições de acesso (por falta de infra-estrutura ou pelas restrições impostas por direitos autorais, por exemplo) podem representar obstáculos à pesquisa e ao desenvolvimento científico.

Nesse sentido, o campo das ciências deveria se comprometer mais com a defesa de melhores condições de preservação e acesso aos bens culturais pertencentes aos acervos de bibliotecas, arquivos e museus. Seria importante que o Ministério da Ciência e Tecnologia abrisse linhas de financiamento dirigidas à preservação do patrimônio cultural, condicionando também melhores condições de atendimento à pesquisa e acesso à informação. Seria um modo seguro de expandir a infra-estrutura de pesquisa científica, aproveitando uma base já existente, mas pouco valorizada. Museus importantes ainda não possuem salas e serviços destinados a pesquisadores externos; arquivos não conseguem tratar seus acervos em bases de dados informatizadas; e bibliotecas não conseguem ter um programa de microfilmagem e digitalização, bem como não oferecem máquinas leitoras de microfilmes e estações de leitura de imagens digitais confortáveis à pesquisa científica. Isso cria obstáculos à pesquisa e, sobretudo, não permite estabelecer os canteiros em que a pesquisa poderia se desenvolver.

É preciso compreender que as instituições de patrimônio cultural, mesmo sendo do quadro do Ministério e das Secretarias Estaduais ou Municipais de Cultura são parte do sistema das instituições científicas. Defender que o Ministério e as Secretarias de Ciência e Tecnologia e as agências de fomento à pesquisa científica dêem atenção à preservação do patrimônio cultural é um modo também de influenciar o trabalho das instituições de patrimônio cultural que muitas vezes se dedicam a promover eventos, devido às melhores condições de financiamento. São as grandes exposições, por exemplo, que viabilizam a restauração e conservação de muitos bens culturais. Mas a seleção do que deve ser conservado nesse sentido é dirigida pelo olhar do grande público e não da pesquisa, que requer também maiores massas de itens tratados.

Por outro lado, no caso de programas de financiamento é preciso considerar que os quadros profissionais de instituições de patrimônio cultural possuem características que exigem um tratamento particular. Não se pode condicionar um projeto de preservação de bens culturais à exigência de um certo número de doutores e mestres envolvidos, ou vínculos com programas de pós-graduação, do mesmo modo que na universidade, mesmo porque, muitas vezes, o trabalho de preservação patrimonial depende de profissionais de nível técnico, mas que nem por isso são menos valiosos para apoiar a produção de conhecimento, garantindo o acesso à informação disponibilizando bens culturais à pesquisa.

A ciência deveria estar pronta para lançar uma mirada transversal da cultura, ultrapassando as fronteiras estabelecidas pela administração pública. Importante é deixar clara a importância da ciência se comprometer com a preservação do patrimônio cultural, pois o acesso a bens culturais é parte da infra-estrutura de pesquisa. Este enfoque poderia enriquecer a pauta das entidades que defendem a progresso da ciência, bem como valorizaria o trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia. O compromisso do campo da ciência com a valorização do patrimônio cultural, certamente, seria uma contribuição importante para o desenvolvimento científico em nosso país.

Paulo Knauss

Professor do Departamento de História da UFF e Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro